

# A construção da cidade para além dos muros

Carina Rodrigues Lobato

## Desleituras

ISSN 2764-006X — Número 15 - jan.| fev. 2026

[ Recebido em 10 jan. 2026, aceito em 02 fev. 2026 ]

DOI <https://doi.org/10.56372/desleituras.v15i15.238>

Carina Rodrigues Lobato  
Doutoranda em Literatura  
(Universidade de Brasília)  
E-mail: carinalobato.unb@gmail.com

**Resumo:** Este estudo busca observar e refletir a crítica a respeito do mundo patriarcal nos textos literários *O sonho da sultana* ([1905] 2014), *A cidade das damas* ([1405] 2006) e *Terra das mulheres* ([1915] 2018), que, além de refletirem aspectos sociais e históricos que nos desafiam até os dias atuais, projetam utopias que revelam outros marcos civilizatórios e adensam o olhar para questões humanas centrais.

**Palavras-chave:** Literatura. *O sonho da sultana*. *A cidade das damas erra das mulheres*. Fabulações feministas.

**Abstract:** This study seeks to observe and reflect on the critique of the patriarchal world in the literary texts *The Sultana's Dream* ([1905] 2014), *The City of Ladies* ([1405] 2006) and *Land of Women* ([1915] 2018), which, in addition to reflecting social and historical aspects that challenge us to this day, project utopias that reveal other civilizational milestones and deepen the gaze on central human issues.

**Keywords:** Literature. *O sonho da sultana*. *A cidade das damas*. *Terra das mulheres*. Feminist fabulations. Patriarchy. Utopia.

## Introdução

Entre os séculos XX e XXI, muito se reflete, no campo da crítica e da teoria literária, a respeito da relação entre a produção ficcional e a realidade concreta. Mais especificamente, a questão gira em torno de como a ficção é capaz de evidenciar as grandes contradições das sociedades humanas modernas. Muitos teóricos se voltam para esse aspecto da criação literária principalmente para analisar o surgimento da forma romance, que, por suas características peculiares, possibilita outras maneiras de se retratar a realidade, trazendo à tona problemas concernentes à vida social e ao chão histórico. Os elementos e as novidades que atualizam o fazer literário — no que diz respeito não só à forma, mas também ao conteúdo — estão relacionados às transformações sociais, e, pensando em um recorte mais contemporâneo, ao protagonismo de grupos específicos, que em suas criações ficcionais — e também no campo da teoria literária, na ressignificação de obras de outros períodos — elaboram críticas extremamente pertinentes não só para denunciar violências e opressões, mas também, para propor alternativas. Esse é o caso dos gêneros literários identificados com os movimentos e as pautas feministas, classificados como *fabulações feministas*. De acordo com Barr (1992, p. 10-1 *apud* Gabriel, 2020, p. 112),

O conceito de Fabulação Feminista foi proposto por Marleen Barr como um supergênero, ou um termo guarda-chuva que pudesse abranger os diferentes gêneros literários utilizados por mulheres e que produzam nas leitoras um estranhamento cognitivo frente à dinâmica patriarcal de nossa sociedade. A fabulação feminista toma as provocações da teoria feminista como ponto de partida ficcional, usando a literatura para, por um lado, denunciar a arbitrariedade do patriarcado e, por outro, imaginar alternativas a ele.

Nesse sentido, há inúmeros exemplos de textos literários imbuídos de uma crítica contundente ao sistema patriarcal e de uma carga utópica que inaugura um certo tipo de futuro

que aponta para outras qualidades de relações (Gabriel, 2020). Levando-se em consideração a importância literária e histórica dessas produções, o objetivo deste trabalho é, a partir da análise dos textos *O sonho da sultana* ([1905] 2014), *A cidade das damas* ([1405] 2006) e *Terra das mulheres* ([1915] 2018), pensar os projetos e as críticas feministas neles contidos, tendo por foco a relação do corpo feminino e da cidade. As análises serão feitas levando-se em conta quatro conceitos principais, que serão explorados ao longo do texto: *cidade, misoginia, afeto e resistência*. É importante frisar que não há pretensões de encerrar aqui qualquer questão relacionada ao tema, mas antes, realizar um exercício crítico e filosófico.

## Utopias feministas e a crítica social

O conto *O sonho da sultana*, escrito por Roquia Sakhawat Hussain (1880-1932), foi publicado originalmente em 1905, na revista *The Indian Ladies Magazine of Madras*. Natural da região da Bengala Oriental, atual Bangladesh, a autora cria, em seu texto, um universo onírico em que uma cidade indiana batizada de Terra Delas tem por regra fundamental o protagonismo feminino em todas as camadas da sociedade. Os homens existem, mas estão sob o regime da *purdah* e não podem circular livremente no espaço público — o que seria uma inversão do que acontece em algumas regiões de cultura muçulmana, onde existe uma área da casa reservada para os homens (*mardana*) e outra para as mulheres (*zenana*), mas aos homens são reservados privilégios como a liberdade e o acesso ao poder.

No romance *Terra das mulheres*, publicado em 1915, a autora norte americana Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) também cria uma sociedade comandada por mulheres — o país Terra das Mulheres — mas, neste caso, os homens inexistem há séculos, enquanto a civilização exclusivamente feminina se desenvolve. A narrativa explora justamente o relato de três estudiosos aventureiros que, após adentrarem as fronteiras do país, acabam por residir no local por vários meses. Por

meio do contato e do choque cultural entre os estrangeiros e as cidadãs da Terra das Mulheres, a autora tece duras críticas ao modelo civilizatório masculinista, revelando diferenças radicais de comportamentos, visões de mundo e relações humanas.

Já no texto da italiana Christine de Pizan (1365-1430), *A cidade das damas*, lançado em 1405, o enredo traz o andamento da construção de uma cidade concebida para ser habitada somente por mulheres. Entre jogos de metáforas e ironias, a cidade vai sendo erguida à medida em que a narradora passa por um processo educativo dos afetos (Rocha, 2016), propiciado pelas três Damas que a visitam — Razão, Retidão e Justiça. Ao longo da narrativa, é feita uma rememoração e uma reinterpretação histórica da vida de inúmeras mulheres, reais e fictícias, no intuito de denunciar toda uma tradição sexista e misógina que impera nos discursos filosóficos e literários oficiais.

Ao relacionar essas três obras, percebemos, primeiramente, um grande tema central: a *cidade*. De acordo com Park (1973, p. 26 *apud* Ramos, 2015, p. 303, grifos nossos),

A cidade é algo mais que um amontoado de indivíduos e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos. (...) Antes a *cidade* é um estado de *espírito*, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes, e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a *cidade* não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente, da natureza humana.

Considerando a *cidade* como uma estrutura que não se limita à seu aspecto físico, mas que resulta das interações humanas que ali acontecem, pode-se pensar que as narrativas desenvolvidas a partir da ideia de cidades e/ou países habitados e comandados exclusivamente por mulheres — no caso de *O sonho da sultana*, o isolamento dos homens equivale a uma ausência quase efetiva, ou, no máximo, a uma presença espectral, já que seus corpos não exercem influência nenhuma na vida da

comunidade — correspondem, dentro de seu universo ficcional, a propostas de novos marcos civilizatórios possíveis, a modos de vida completamente diferentes dos conhecidos e praticados pelas civilizações ocidentais, devido à inauguração de novos costumes, tradições e sentimentos provenientes “dos processos vitais das pessoas que compõem” a cidade. Isso se confirma em várias passagens dos textos, como estas de *O sonho da sultana*:

Desde que a *mardana* foi estabelecida, não houve mais crimes, portanto, não precisamos de um policial para achar um culpado, nem queremos um magistrado para tentar um processo criminal.

[...]

— Por favor, diga-me, como vocês lidam com o cultivo da terra e qualquer outro trabalho braçal?

— Nossos campos são lavrados por meio de energia elétrica, que fornecem força motriz para o trabalho, bem como para o nosso transporte aéreo. Não temos nenhuma estrada de ferro nem quaisquer ruas pavimentadas aqui.

[...]

— Nós não cobiçamos a terra de outras pessoas, nem lutamos por um pedaço de diamante, mesmo que seja mil vezes mais brilhante que o koh-i-noor, nem invejamos um governante em seu Trono do Pavão (Hussain, 1905, p. 15-17).

Estes trechos fazem referência à ausência de criminalidade e de órgãos de repressão policial, o que nos leva à ideia de bem estar social absoluto; à relação de trabalho não exploratória, que nos remete a um tipo de sistema econômico que não se pauta em divisões de classe; à utilização de energia limpa, que implica uma relação verdadeiramente sustentável com a natureza; e à adoção de um sistema político pacífico, que vai na contra mão de qualquer ideia imperialista ou colonialista, e é pautado na alteridade, no reconhecimento do diferente e no respeito por outros povos. Estes princípios são muito similares aos que encontramos no romance *Terra das mulheres*, como podemos ver nestes trechos:

— Não há sujeira — disse Jeff subitamente. — Não há fumaça — acrescentou depois.

— Não há barulho — contribuí, mas Terry desprezou minha declaração.

Tudo era beleza, ordem, limpeza perfeita e a sensação mais agradável de lar por toda parte.

[...]

Que ideais nobres! Beleza, Saúde, Força, Intelecto, Bondade — para estes rezavam e trabalhavam.

Não tinham inimigos; entre si eram todas irmãs e amigas.

[...]

Quanto mais eu aprendia, mais apreciava o que essas mulheres haviam conquistado, e menos orgulho sentia do que nós, com toda a nossa masculinidade, fizéramos.

Entendam, elas não tinham guerras. Não tinham reis, nem padres, nem aristocracia. Eram irmãs, e conforme cresciam, cresciam juntas — não competindo, mas em ação unificada.

[...]

Essas cultivadoras cuidadosas desenvolveram uma fórmula perfeita para realimentar o solo com tudo que dele saísse. Todos os restos e sobras de alimentos, dejetos de plantas das lenhas ou da indústria têxtil, todo o material sólido dos esgotos, apropriadamente tratado e refeito — tudo que saísse da terra voltava para ela.

[...]

— Mas, sim, há seiscentos anos não temos o que se chama de uma “criminosa”.

[...]

Viviam na paz absoluta, poderosas e plenas.

[...]

— Vocês são o resto do mundo. Vocês nos unem ao seu povo... a todas as nações e povos desconhecidos, que jamais vimos. Queremos conhecê-los, amá-los e ajudá-los... e aprender com eles.

[...]

Elas expressavam uma aversão definitiva a matar.

[...]

A característica mais evidente de todo aquele país era a perfeição do fornecimento alimentício (Gilman, 2018, s. p.).

Além das propostas de mudanças radicais de valores e práticas, também fica nítido que, por meio dessas criações utópicas, as autoras fazem denúncias e tecem reflexões extremamente pertinentes em relação à vida social concreta e à violência que sustenta os modelos de desenvolvimento patriarcais, machistas, sexistas e misóginos que são praticados há vários séculos. A *misoginia*, que tem por significado “aversão, repulso mórbida, ódio ou desprezo por mulheres” (Colling, 2015, p. 515), é outro grande tema que atravessa esses textos. Em

Pizan (2006), talvez isso apareça de maneira mais forte, pois figuram no livro inúmeros relatos de opressões, assassinatos, torturas e desqualificações de mulheres ao longo da história; além disso, o próprio processo de educação da narradora tem relação com a (re)construção de seu afeto por si mesma, pois “a misoginia se manifesta, inclusive, no autodesprezo que as mulheres podem ser ensinadas a sentir em relação ao próprio corpo” (Colling, 2015, p. 517). Mas a crítica às agressões das quais as mulheres são vítimas está presentes em todas as obras:

— Querida Sultana, sabe o quão injusto é trancar mulheres inofensivas e soltar os homens?

— Por quê? Não é seguro para nós sair da *zenana*, pois somos naturalmente mais fracas.

— Sim, não é seguro enquanto há homens perambulando pelas ruas, assim como também não é seguro quando um animal selvagem entra num mercado (Hussain, 2014, p. 12).

.....

..... Terry colocou em prática sua convicção mesquinha de que uma mulher adora ser dominada, e, com força bruta, com a paixão e o orgulho de sua masculinidade intensa, tentou dominar aquela mulher.

[...]

— Claro que elas não entendem o Mundo dos Homens! Não são humanas... são apenas um bando de Fê-Fê-Fêmeas! (Gilman, 2018, s.p.).

.....

Era quase impossível encontrar um texto moral, qualquer que fosse o autor, sem que antes de terminar a leitura não me deparasse com algum capítulo ou cláusula repreendendo as mulheres.

[...]

Completamente absorta por essas reflexões, fui inundada pelo desgosto e a consternação, desprezando-me a mim mesma e a todo o sexo feminino, como se tivéssemos sido geradas monstros pela natureza.

[...]

Eis porque me irrita e me deixa triste que os homens afirmem que as mulheres queiram ser estupradas, que isso não as desagrada, mesmo quando se defendem gritando alto (Pizan, 1405, p. 119, 120 e 266).

O ódio, o desprezo e a violência direcionados às mulheres nas sociedades patriarcas acabam por inviabilizar qualquer

possibilidade real de vivência plena de direitos e de afetos — pois, a palavra *afeto* corresponde a um conjunto de atos como bondade, benevolência, devoção, proteção, cuidado e assistência, em suma, é uma das formas do amor (Abbagnano, 2007, s.p.). Em outras palavras, face a uma realidade social, histórica e política misógina que perpetua práticas perversas como a cultura do estupro e o feminicídio, a noção de cidadania acaba por não abranger as mulheres, já que estas não têm direitos básicos verdadeiramente assegurados, como segurança, liberdade e bem-estar.

Diante do exposto, pode-se considerar que as comunidades paralelas habitadas somente por mulheres são espaços criados em que a cidadania e os afetos são vividos em plenitude, uma vez que a raiz patriarcal opressora é destruída e as mulheres ocupam todos os lugares de protagonismo. As cidades utópicas feministas são, em última análise, representações das resistências femininas. O conceito de *resistência*, segundo o Dicionário Crítico de Gênero, nasce na Física, e

Em Física significa a *força que se opõe a outra*, que não cede à outra, mas também a força que defende um organismo contra o desgaste, a doença; [...] É nesse sentido que tem sido usada essa categoria nos estudos de feministas e de gênero e na história das mulheres em geral: para designar ações de oposição à dominação e opressão de gênero. A ideia de resistência tem sido muito usada nos estudos feministas principalmente porque ela permite enxergar o protagonismo das mulheres em situações em que normalmente elas são pensadas como não sujeitos (Colling, 2015, p. 647, grifos nossos).

Várias formas de resistência aparecem nos textos analisados, mas talvez a mais simbólica seja a própria criação dessas cidades e países fortes e seguros, esses espaços de humanização e de defesa contra as forças misóginas. A cidade de Christine de Pizan (2006, p. 125-6 e 355), por exemplo, equivale a uma fortaleza:

Há uma razão ainda mais particular e mais importante para nossa vinda, que saberás através do nosso diálogo: devés saber que foi para afugentar do mundo este erro no qual caíste, para que as damas e ou-

tras mulheres merecedoras possam a partir de agora ter uma fortaleza aonde se retirem e se defendam contra tão numerosos agressores.

[...]

Mas eu te profetizo, como uma verdadeira sibila, que a Cidade que tu fundarás com a nossa ajuda nunca findar-se-á na inexistência. Ela será, ao contrário, sempre próspera, apesar da inveja de todos seus inimigos; ela sofrerá vários ataques, mas nunca será tomada ou vencida.

[...]

Eis então tua Cidade perfeita, fortificada e bem segura como te havia prometido.

Após esta breve análise dos textos, me parece impossível não reconhecer a legitimidade dessas comunidades-resistência e a pertinência de se imaginar espaços em que o afeto está na base da estrutura social. É o que Alice Gabriel (2020) chama de “potência política da retirada”, ou seja, o ato de retirar-se do sistema patriarcal opressor e fundar um outro. Metafórica e simbolicamente, essas narrativas evidenciam como nossa realidade concreta, dominada por homens, tem limitações sérias que podem ser ultrapassadas se os paradigmas forem completamente transformados. No entanto, diante de tanta riqueza ficcional, que chega a inspirar a construção de comunidades femininas separatistas no mundo real, permanece uma questão tão urgente quanto a abolição do patriarcado: como promover uma transformação feminista radical em um mundo também habitado por homens? Ou ainda, até que ponto o estabelecimento de comunidades paralelas (que são legítimas, como já apontado) é uma alternativa que colabora com a transformação da realidade concreta em sua totalidade?

Para começar a refletir acerca dessas questões, talvez seja essencial explorar um quinto conceito que também atravessa toda essa discussão: o *feminismo*. Segundo Marcia Tiburi (2015, s.p., grifos nossos):

*O feminismo é uma crítica concreta da sociedade que tem base em uma ação teórica inicial e que é constitutiva da prática enquanto crítica da dominação masculina.* Feminista é alguém que pensa criti-

camente, enquanto essa crítica se dá na direção de uma releitura do mundo que tira os véus desse mesmo mundo organizado pela dominação masculina. Mas a dominação masculina não é apenas atitude dos homens, embora seja fácil para os homens, sujeitos concretos que autorizam a si mesmos como agentes da dominação masculina. A dominação masculina é estrutura de poder ao nível dos dispositivos do poder. *Engana-se quem pensa que o “machismo”, nome vulgar da dominação masculina, será desmascarado apenas por meio de uma dominação feminina que seria, aliás, um erro capaz de destruir o feminismo.*

[...]

Feminismo é, sob qualquer aspecto, um termo que se deve usar tendo em vista seu *caráter plural*. A *pluralidade do feminismo não se refere apenas aos múltiplos coletivos, grupos e movimentos que se definem como feministas ou aos diversos modos pelos quais pessoas se definem como feministas*. No caso do feminismo, não se trata de falar da pluralidade das tendências apenas, mas de perceber que a pluralidade é própria ao conceito de feminismo, enquanto a pluralidade implica a singularidade que se relaciona com o seu outro.

[...]

Poderíamos sugerir o feminismo como universalismo, mas neste caso, teríamos que falar em algo como um universalismo verdadeiro. Pois o *universalismo é uma posição na qual todas as singularidades precisam ser assumidas, mas não na interioridade de um universal em sentido masculinista, patriarcal, capitalista, branco, europeu, de classes sociais e culturais favorecidas*. O universalismo pode ser precário diante do feminismo se ele não levar em conta o caráter rebelde, sublevado e inadequado do feminismo quando se trata de pensá-lo como aspecto do sistema patriarcal/capitalista. O *feminismo é um projeto que não se transforma na totalização que ele mesmo combate*. Todo feminismo pode ser democracia, mas, certamente, seu impulso é anárquico no sentido de ser contrário ao poder. O que pode um poder que não combina com o poder?

Eis o espírito do feminismo.

Essas reflexões de Tiburi a respeito do conceito de feminismo, apontam para práticas que abarcam a pluralidade, a diversidade e sobretudo, um projeto universal que diz respeito a todos, a todas e a todes, visando a destituição do poder patriarcal baseado em privilégios e separações em favor de um sistema genuinamente democrático e autocritico e que estará sempre pautado no questionamento do poder e no combate às opressões. Nesse sentido, os projetos feministas precisam

ultrapassar quaisquer tendências separatistas, — importantes, em um primeiro momento, para a organização, a defesa e a construção de reflexões e práticas de combate — e restituir o seu sentido universal, enquanto propostas revolucionárias de novas formas de organização social e política. Esses projetos, invariavelmente, estão imbricados também na constituição de novos sistemas econômicos, não estruturados na exploração e no sistema de privilégios.

Pensadores atuais, como o norte americano Asad Haider (2019), chamam a atenção para o perigo das políticas identitárias, que podem ser limitantes quando se pensa em uma luta universal de combate efetivo contra as opressões. Seu livro, *Armadilha da identidade*, tem como foco de discussão o racismo, mas suas ideias a respeito da identidade podem ser de grande utilidade para pensarmos nas limitações que podemos nos deparar nas lutas de combate ao racismo, ao machismo e à opressão de classe. Em resumo, o autor fala da necessidade de se estabelecer um “universalismo insurgente”, que

não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos; a universalidade diz que ninguém será escravizado. Ela igualmente recusa congelar os oprimidos num status de vítimas que necessitam de proteção de cima; insiste que a emancipação é autoemancipação”, e afirma que “o anticapitalismo é um passo necessário e indispensável nesse caminho (Haider, 2019, p. 148).

## Considerações finais

Tendo por base a análise crítica dos textos aqui selecionados e um pequeno recorte das tendências contemporâneas de reflexões teóricas, o objetivo deste breve exercício filosófico é articular ideias fundamentais para se pensar um projeto feminista não limitado e não limitante. As mudanças estruturais dos modelos patriarcais e exploratórios se mostram cada vez mais urgentes e necessárias, uma vez que estamos rumando, há alguns séculos, para modelos de sociedade cada vez mais

destrutivas, excludentes e violentas. Uma chave fundamental dos textos literários apresentados aqui é a comprovação de que uma mudança estrutural implica uma mudança radical de consciência, e vice-versa. Cabe a nós, a todas, todos e todos nós, a responsabilidade de promover essas mudanças, para que tenhamos, verdadeiramente, uma perspectiva de futuro para a humanidade.

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- COLLING, Ana Maria. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.
- GABRIEL, Alice. Terras de homem nenhum: fabulações, lesbiadade e separatismos. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 107-121, 16 jul. 2020.
- GILMAN, Charlotte Perkins. *Terra das mulheres* [1915]. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. (Livro digital).
- HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019. (Coleção Baderna).
- HUSSAIN, Rokeya Sakhawat. *O sonho da sultana* [1905]. Trad. Lady Sibila. São Paulo: Universo Desconstruído, 2014.
- PIZAN, Christine de. A cidade das damas [1405]. Trad. Luciana Eleonora de Freitas Calada. In.: CALADA, Luciana E. de Freitas. *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. 2006. 371f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ROCHA, Aline Matos da. A arte e o ato de amar na cidade das damas: uma leitura do amor desde a perspectiva do texto da bell hooks. *Revista Textos Graduados*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 18-27, 15 jul. 2016.

RAMOS, Edivaldo Fernandes. A Cidade pensada teoricamente. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 44, 11 jun. 2015.

TIBURI, Marcia. O que é o feminismo. *Revista Cult*, 4 de março de 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-feminismo/>> Acesso em: 05 dez. 2020.